

DECLARO, para os devidos fins, que os dados cadastrais abaixo foram inseridos sob minha responsabilidade, sendo transmitidos através do Portal e-SAJ.

DADOS BÁSICOS**Peticionante:**

Nome: ANTONIO FRANCISCO DE LIMA JÚNIOR

Processo:

Tipo de Número: Unificado
Número de processo: 0001642-86.2019.8.26.0472
Número de processo de conhecimento: 0001446-58.2015.8.26.0472
Foro: Foro de Porto Ferreira
Classe do processo: Cumprimento de sentença
Tipo de petição: 1265 - Precatório
Categoria da petição: Incidente Processual

Dados suplementares – Processo de conhecimento:

Data de ajuizamento: 03/03/2015
Data de trânsito em julgado: 15/05/2019
Foram opostos embargos do devedor ou houve impugnação? NÃO
Data do trânsito em julgado dos embargos do devedor: Não informado pelo peticionante
Data do decurso do prazo para interposição dos embargos/impugnação: 19/09/2019
Trata-se de valor incontroverso? SIM
Data em que a decisão relativa ao valor incontroverso tornou-se definitiva: 19/09/2019

Dados principais do ofício requisitório:

Entidade devedora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
Natureza: Outras espécies - Não alimentar
Natureza do crédito: Indenizatório
Valor global: 155,344.720

Dados da parte:

Requerente: TD Construções Redes e Instalações de Gas Ltda

Tipo de pessoa: Jurídica
CPF: 08.217.851/0001-00
Declaro tratar-se de pessoa estrangeira sem CPF: NÃO
Registro nacional de estrangeiros (RNE): Não informado pelo peticionante
Data de nascimento:
Portador de doença grave: NÃO
Pessoa com deficiência: NÃO
Complemento da parte: Não informado pelo peticionante
Órgão vinculado: Não informado pelo peticionante

Situação no órgão: Não informado pelo peticionante
Requisição: Total
Houve expedição de RPV fundada na interpretação da regra de parágrafo 2º do art. 102 do ADCT? NÃO

Dados bancários:

Levantamento: Crédito em contas para outros bancos
Tipo de conta: Conta Corrente
Banco: 237
Agência: 0480
Número da Conta: 00000161174-7

Imposto de renda:

Isenção do imposto de renda: Não informado pelo peticionante
Há valores submetidos à tributação na forma de rendimento recebidos acumuladamente (RRA) nos termos do art. 12-A da Lei 7.713/1988? Não informado pelo peticionante